

MULHERES PROTAGONISTAS: NAS MINAS E NAS GERAIS

MAIA, Cláudia. PUGA, Vera Lúcia. *História das Mulheres e do gênero em Minas Gerais* (Org.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2015.

Murilo Borges Silva^(*)

Consistente e significativa, *História das mulheres e do gênero em Minas Gerais* é resultado de um conjunto de ações que tem como intuito promover a discussão e circulação das pesquisas sobre a História das Mulheres e Estudos de Gênero em Minas Gerais. A obra, organizada por Cláudia Maia e Vera Puga, pesquisadoras que tem suas trajetórias acadêmicas marcadas pelos Estudos de Gênero, possui 22 capítulos, dispostos em quatro partes temáticas. Embora os ensaios que a constituam indiquem a pluralidade e a compreensão de que houve, nas últimas décadas, um avanço significativo nas produções sobre mulheres e gênero no Brasil, é possível assinalar a percepção das/os estudiosas/os de que as linhas que escrevemos sobre a História ainda são borradas pela invisibilidade, pelo silêncio e ausência das mulheres. Localizá-las, problematizar o mutismo que incide sobre elas, destacar seus lugares, transgressões, saberes, fazeres, suas contradições e resistências são desafios enfrentados pelas/os autoras/es dos textos que compõe a obra.

O enfrentamento dessa peleja resultou no desvelamento de experiências femininas no magistério, na política, na produção literária, intelectual e na administração de suas posses. Revelou amores, dores, ressentimentos, sonhos vividos ou interrompidos. Descortinou a importância e atuação das mulheres em práticas culturais e sociais relacionadas ao cuidar, comer, dançar, casar, descasar, ler, escrever e rezar. Em diferentes lugares e condições, submissas ou transgressoras, essas mulheres, protagonistas desses ensaios, vivenciaram as relações de poder que emanavam das diferenças construídas historicamente entre os sexos. Em outros casos, as categorias gênero, raça/etnia e classe entrecruzaram-se e delinearam, em um contorno incerto, as experiências dessas mulheres.

Os textos não estão organizados de forma cronológica e não precisam ser lidos em sequência para produzirem sentidos. São destinados a professoras/es,

^(*)UFG-Regional Jataí/UFU.

pesquisadoras/es, estudantes, participantes de movimentos sociais, e outras/os interessadas/os pelo tema. Aliás, o livro pode interessar às mulheres, de forma geral, que intentam conhecer o significado da construção delas mesmas nesta sociedade na qual vivemos. Embora a maioria das/os autoras/es seja formada por historiadoras/as, a obra assimila a perspectiva transdisciplinar que caracteriza os estudos de gênero. Desse modo, o encontro entre História, Literatura, Enfermagem, Sociologia e Filosofia, possibilita a construção de um conhecimento mais amplo, sólido e dialógico. Os diferentes lugares de falas, métodos e fontes apontam para uma infinidade de temas e pesquisas que contemplam as discussões presentes no âmbito da História das mulheres e das relações de gênero.

Os ensaios indicam a existência e insistência de um diálogo entre presente e passado. Não se tratam de articulações que definem causas e efeitos, estabelecem verdades, ou mesmo, considerem a História como mestra da vida. Percepções cujo fazer historiográfico tem se distanciado há algum tempo. Trata-se, no entanto, da compreensão de que, embora as relações humanas se modifiquem ao longo do tempo, sua historicidade não pode ser perdida ou ignorada, pois esta pode auxiliar nas leituras que fazemos do presente. A relação que se estabeleceu entre feminilidade e magistério é representativa desse diálogo entre os tempos. Diva do Couto Gontijo Muniz discute a construção dessa associação, utilizando-se dos referenciais teóricos dos estudos feministas e da articulação entre memória e história. A autora analisa as experiências de mulheres professoras em Minas e nas Gerais. Aponta os significados diversos de ser professora nessas localidades, no contexto do século XIX, que variava da concepção de destino natural, para as mulheres que queriam exercer uma profissão, a uma necessidade de trabalhar para “ajudar” nas despesas domésticas. Em qualquer um dos casos, o exercício do magistério, não as livrou das estratégias de controle e ações disciplinares que incidiram sobre seus corpos e almas.

Vanda Lúcia Praxedes examina histórias de mulheres que mantiveram relações afetivas com padres, e, em razão disso, chefiam suas próprias famílias. A autora utiliza-se do cruzamento de fontes diversas para “montar” essas tramas e enredos. O sigilo era uma das principais características desse tipo de relação afetiva. O silêncio era uma maneira de evitar um escândalo, que poderia manchar a imagem do clérigo e também da mulher. Praxedes ressalta a dificuldade de pesquisar essas relações, pois, parece haver um apagamento, especialmente dessas mulheres, na documentação.

A revisão historiográfica sobre a escravidão, e mais recentemente, a intensificação dos estudos sobre a abolição no Brasil, tem demonstrado que a conquista da liberdade foi um processo de lutas, e envolveu diferentes sujeitos. Fabiana Francisca Macena demonstra as ações de mulheres, livres e escravas, que, ocupando posições sociais e econômicas distintas, envolveram-se em práticas políticas em prol da liberdade das/os escravizadas/os. Perceber as ações dessas mulheres como práticas políticas é um diferencial nas leituras que, recorrentemente, encontramos sobre a escravidão e a abolição, as quais reduzem as ações das mulheres livres às práticas de benevolência, característica própria e natural do feminismo, e ignoram as práticas de resistência e negociação de negras escravizadas.

Debruçando-se sobre a produção intelectual de Maria Lacerda de Moura, Cláudia Maia e Patrícia Lessa dos Santos observam que a escrita da autora oscila entre a crítica que tecia sobre a família tradicional e a reprodução de discursos médico-científicos do período. Segundo as escritoras, Moura expressava, em sua produção intelectual, a percepção de que o casamento e o modelo republicano de família eram formas de oprimir e subjugar a mulher, atribuindo a ela o espaço privado, a dedicação ao trabalho doméstico e a obrigatoriedade da maternidade. As mulheres que, por algum motivo, não se encaixavam nesse modelo estavam à margem dessa sociedade, como por exemplo, solteironas e prostitutas.

O encontro entre História, Literatura e os Estudos de Gênero descortinam as transgressões, insanidades e violências sofridas por mulheres mineiras. Márcia Moreira Custódio e Alex Fabiano Correia Jardim problematizam a obra de Maura Lopes Cançado. Escrita em um hospício no qual a autora esteve internada, a obra narra suas memórias. Trata-se, portanto, de uma escrita transgressora: é a voz da louca, é a escrita de si¹. O diálogo entre Estudos de Gênero e Literatura também está presente no texto de Constância Lima Duarte. Inquieta com o silêncio sobre a violência física cometida contra a mulher nos escritos de autoria feminina, Duarte encontra nos contos de Conceição Evaristo possibilidades de pensar sobre essa violência através do jogo entre o vivido e a ficção, além de explorar conexões entre marcadores de gênero, classe e etnia.

Na década de 1970, Pouso Alegre passava por uma campanha de moralização que ameaçava a permanência da zona de meretrício na localidade em que se encontrava.

¹ Cf. de Gomes, Ângela de Castro (org.). 2004. *Escrita de Si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV. E também a obra de Rago, Margareth. 2013. *A aventura de contar-se. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: UNICAMP.

Construída no imaginário social como lugar sujo e inóspito, era preciso afastá-la da cidade e da recente construção da rodoviária, símbolo da modernidade. É nesse cenário que Varlei Rodrigo do Couto problematiza algumas das experiências da prostituta Márcia. Por meio da análise de cartas escritas por Marcia, Couto mostra o posicionamento político dessa mulher, a forma como expressa os usos que faz do seu corpo bem como as dúvidas, revoltas e reflexões sobre si.

A presença de Joaquina de Pompeu e Tiburtina de Andrade Alves destoa das representações construídas sobre o sertão mineiro que, costumeiramente, destaca as ações masculinas e oculta a presença e importância das mulheres. Possivelmente, isso justifica as disputas pelas representações construídas acerca do feminino. Ambas desafiaram os padrões de comportamento e os papéis normativos atribuídos ao sexo feminino. A primeira, elucidada por Gilberto César Noronha, assumiu a administração dos negócios da família, estabeleceu relações políticas e deixou, na ocasião de sua morte, uma grande fortuna. As construções sobre a sua imagem oscilam entre Sinhá Braba e Dama do Sertão. Já a segunda, historicizada por Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento e Filomena Luciene Cordeiro Reis, foi uma mulher atuante na política, tornando-se nacionalmente conhecida em 1930. Suas representações variam entre “guerrilheira sertaneja” e “cívica brasileira”. Ainda sobre as sertanejas mineiras, Telma Borges observa que a literatura de Guimarães Rosa as constrói como agentes de suas próprias histórias ou dos enredos de muitos outros personagens. São narrativas que desafiam os lugares tradicionalmente relegados ao feminino.

Analisando as memórias de parteiras, Lúcia Helena Rodrigues Costa percebe que o ato de cuidar durante o parto é compreendido como uma atividade feminina. Para a autora, o processo de humanização no parto e nascimento relaciona-se a esse ideal de cuidado, atribuído ao feminino. No entanto, propõe que os saberes e práticas sobre o parto e o cuidado sejam vistos em uma perspectiva feminista, de empoderamento das mulheres. A gerência da cozinha e o preparo da alimentação também constituíram-se em saberes e fazeres atribuídos ao feminino. Apesar disso, Mônica Chaves Abdala ressalta a permanência de uma invisibilidade sobre essas práticas, que denota as tensões e relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres no espaço doméstico e público.

Incontestavelmente, os estudos históricos sobre as mulheres e o gênero avançaram bastante nas últimas décadas. Entretanto, algumas lacunas ainda são perceptíveis, como as pesquisas que entrecruzam gênero e raça/etnia. O texto de Cairo

Mohamad Ibrahim Katrib e Fernanda Domingos Naves colabora para o ajustamento desse lapso, ao remontar o lugar e a importância da mulher negra no Congado em Ituiutaba. Do mesmo modo, Maria Clara Tomaz Machado e Paulo Sérgio Moreira da Silva contribuem para a escrita de mais um capítulo sobre as histórias de mulheres negras no Brasil ao destacar a importância que tiveram no processo de manutenção da família, na luta pela terra e preservação de uma memória dos seus ascendentes.

Maria Andréa Angelotti Carmo focaliza em seu estudo a história de trabalhadoras rurais em regiões do Triângulo Mineiro. Frequentemente invisibilizadas na historiografia em razão do uso de termos que encobrem suas ações ou mesmo o seu protagonismo, são compreendidas pela autora como sujeitos históricos. São mulheres que não estiveram restritas às atividades domésticas ou ao cuidado das/os filhas/os, mas que participaram ativamente das ocupações que envolvem o trabalho no campo.

Silêncio e invisibilidade são marcas percebidas nas trajetórias de mulheres analisadas por João Augusto Gonçalves dos Santos. Exponentes importantes para a fundação e manutenção de igrejas pentecostais em Montes Claros, essas mulheres foram, frequentemente, omitidas das narrativas sobre essas instituições. O autor procura, portanto, destacar suas ações na criação e expansão dessas igrejas.

Leila de Souza Almeida, ao analisar o processo de escolarização de mulheres adultas, demonstra que os significados atribuídos à educação perpassam pelas relações de gênero. As atribuições domésticas, o cuidado com as/ao filhas/os, a dupla jornada de trabalho e a incompreensão do cônjuge são alguns dos desafios ou impedimentos enfrentados em suas trajetórias escolares. Vítimas de violências físicas e simbólicas, muitas delas são obrigadas a abandonar os estudos. Suas narrativas atestam que o espaço escolar não era visto apenas como um lugar de conhecimento, mas como possibilidade de se sentirem valorizadas e libertas do confinamento ao qual estavam submetidas no espaço doméstico.

Casamento e divórcio são temáticas importantes para os estudos de gênero, pois relacionam-se à construção de normas de moralidade, imoralidade, civilidade e evidenciam as relações de poder entre homens e mulheres. Helen Ulhôa Pimentel, ao analisar o divórcio no século XVIII, aponta o casamento como alicerce para a constituição da família e elemento disciplinador de corpos e costumes. O laço conjugal era, ainda, espaço de intervenção da Igreja Católica. Nesse período, os laços matrimoniais eram indissolúveis, o divórcio correspondia, portanto, à separação do casal, mas não dava direito de contrair novo matrimônio. Havia regras rígidas para

separação de casais. Os poderes constituídos e as práticas sociais e culturais cotidianas tornavam o processo de divórcio mais difícil para as mulheres. Dayse Lúcida Silva Santos, ao examinar a legislação sobre união e separação matrimonial Canônica e Civil do final do século XIX e início do XX no Brasil, percebe poucas mudanças entre elas. A família monogâmica, constituída por meio do casamento indissolúvel, a autoridade masculina e a submissão feminina permanecem nos Códigos Canônico e Civil.

Analisando as representações construídas sobre o mundo do trabalho e a constituição da/o trabalhadora/or nacional, Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior evidencia a participação das mulheres no processo de reordenamento social ocorrido nas primeiras décadas da República. Para o autor, a estruturação da sociedade, nesse contexto, manteve as divisões entre espaços públicos e privados, utilizando-se das diferenças entre os sexos, para justificar essa distinção. Esse reordenamento social incumbiu às mulheres, mães e esposas, especialmente, a responsabilidade de criar e orientar homens virtuosos, honestos, trabalhadores, que pudessem contribuir para o progresso e civilização daquela sociedade. Com um ponto de vista inovador, Carla Denari Giuliane discute a construção que mulheres adolescentes fazem da maternidade e do casamento. Na perspectiva da autora, a gravidez na adolescência, pode ser lida como um ato de poder e/ou resistência frente aos discursos públicos e políticos vigentes. Apesar disso, as falas das adolescentes ouvidas por Giuliane, indicam a permanência da ideia de que a maternidade é uma condição necessária para as mulheres.

Considerando que a escola, para além da educação formal, também é responsável pela construção e transmissão de valores culturais, Vera Lúcia Puga entende a educação oferecida em internatos, localizados em Minas Gerais, na década de 1960, como dispositivos de construção do outro, especialmente de distinção dos sexos. O currículo, arquitetura, vigilância, disciplina, as normas de comportamento e até mesmo o isolamento ou a distância das cidades ajudavam no delineamento do sujeito. Forjavam-se assim corpos masculinos e femininos, definindo as atribuições sociais de cada gênero na sociedade. Embora a autora considere que esse modelo escolar tenha sofrido, nas últimas décadas, alterações significativas, a inauguração da Escola de Princesas, sua proposta pedagógica e o fascínio que exerce sobre algumas mulheres e crianças, denota que a luta feminista precisa continuar.

As reflexões, contidas nos capítulos que compõem a obra, configuram-se como uma amostra da necessidade de revisitarmos a produção historiográfica sobre Minas Gerais: não apenas localizar e descrever as mulheres, mas, percebê-las como sujeitos

históricos que lutaram, resistiram, organizaram estratégias políticas, participaram de decisões, pariram, criaram, educaram, se educaram, transgrediram normas, (re)significaram o ser mulher. A perspectiva de abordagem da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, presente nos textos, indica que as mulheres também são protagonistas da história, sem perder de vista as complexidades e jogos de poder que envolvem as relações humanas.